

ANC 114

# As razões óbvias

29 NOV 1987

Wilson Figueiredo

**M**udam os costumes, mas até hoje dispensa-se o marido de apresentar as suas razões quando acha necessário exemplar a mulher. Tem sido assim desde que se instituiu a propriedade privada dos meios de produção. O pressuposto é que a mulher sempre sabe por que está apanhando.

A explicação torna-se, portanto, supérflua. Alguma coisa a mulher sempre faz e por isso não pergunta. Dá-se por feliz quando apanha por motivo (a seu juízo) menos grave. É do interesse mútuo o costume.

Os constituintes brasileiros dispensaram-se de declarar formalmente as razões de podar um ano no mandato do presidente Sarney. Era sombra demais — com perdão da rima — para quem pouco faz. O presidente se faz de desdentado mas entendeu muito bem. Não é surdo, nem bobo. Os constituintes estavam inocentemente convencidos de premiá-lo quando sistematizaram o presidencialismo, já de olho no seu mandato. Aliviaram-no de um ano de hesitação e tensão neurótica.

Nunca neste país um presidente fez tanto, nada fazendo, para convencer a opinião pública, em tão pouco tempo, de que o parlamentarismo só pode ser melhor que o presidencialismo. Pior é impossível. A Constituinte nem precisou explicar: bastou votar. Todos entenderam. Fez o que presumia capaz de preservar o resto da reputação política de Sarney. A reputação agora dá para mais um ano. Em vez de tungado em seu inesperado mandato, pode agora ir para a História pela demolição do que sobrava do presidencialismo. A História tem muitos acessos. Por muito menos, M. Jourdan se descobriu prosador a partir da verificação de que não falava em versos. Falando e escrevendo em prosa e verso, Sarney se descobriu parlamentarista sem o saber. Por exclusão, por que não?

A opinião pública entendeu os dois alinhavos reformistas feitos pelos sistematizadores, folgando na futura Constituição os ombros presidenciais apertados pelo jaquetão da moda e franqueando o uso do paletó esporte ao futuro gabinete. Os presidentes passam a fazer as honras da casa, enquanto o gabinete se encarrega da parte decorosa.

Nisso, aliás, sente-se a virtude oculta sob a modéstia coletiva do parlamentarismo. Desaparece a necessidade eventual de depor presidentes, por isso ou por aquilo. Economiza-se a adrenalina cívica que as crises derramam na sociedade. O metabolismo

democrático resiste melhor a peças curtas, de um único ato. Cai um gabinete, sobe outro. A nação não se altera. Separam-se, de uma vez por todas, em nome da moralidade pública, a administração e o empreguismo que vivem em concubinato. A primeira República exigia respeito, mas as outras trataram de aproveitar. E a Nova República, nem se fala: precisou de computador para nomear sem confusão.

O presidencialismo sentia-se nas últimas e percebia que alcançar um século estava além das suas forças. Como é da sua índole, no entanto, não se preparou para morrer. Pelo contrário, fez uma festa. Nomeações de amigos e parentes, um nepotismo desbragado. Testamento político.

Ninguém acusaria os constituintes de terem usado indevidamente o parlamentarismo para costurar a mortalha de quatro anos. Seria tomar a piedade por crueldade. É mesquinha a botar no mesmo balaio o novo sistema de governo e o mandato presidencial como quem manda a um inimigo uma cesta de flores com uma áspide escondida. Tais recursos só existem em teatro ou no palco da História. Os constituintes não estavam num nem no outro. Foram bem mais objetivos, pelo conceito corrente de objetividade entre nós: em três anos Sarney não mostrou gosto pelo poder, nem foi capaz de descobrir onde se escondia o interesse público. Chegou a vislumbrá-lo entre amigos. Fala pelos cotovelos e arranha um espanhol de grêmio literário. Rádio e televisão foram a sua perdição rimada. Todo o tempo foi pouco para se admirar.

Além do mais, Sarney não se refez da descompensação ao passar da popularidade aferida em pesquisas à impopularidade, sob a mais sonora e espontânea forma popular. Sarney não se refez da surpresa, desde que foi indevidamente empossado na presidência. Acertou depois no cruzado e aumentou a surpresa. Quando viu, a inflação que ele havia posto no olho da rua, por um decreto-lei que a inadvertência louvou, estava de volta, alegremente arrependida. A inflação saiu, mas como quem vai ali apanhar maracujá, que é a desculpa de quem pretende voltar já. E, enquanto foi e voltou, o cruzado fez o bolso da classe média e a cabeça de Sarney. Piraram todos.

Quando, mais tarde, o consumidor voltou ao natural, Sarney, amuado, se recusou a despachar com a realidade. Trocou Funaro por Bresser, despiu um vendedor de felicidade a varejo para vestir o outro que trabalha no atacado. Não se sentiu melhor. Mas não deu a mão à palmatória.

Assim se conta como os constituintes acharam inesperadamente a popularidade que Sarney havia perdido. O acaso levou os rapazes ao mandato presidencial de quatro anos. Ninguém agüentaria seis anos de jaquetão, depois que o regime militar não apita mais. Falando ao ouvido, ainda consegue trocar um favor aqui, outro ali. Só. Bem que os constituintes vasculharam até no exterior, mas não encontraram mandato menor.

O parlamentarismo foi orientado pelo cuidado de não falar em casa de enforcado, mas para desaparecer com ela. A prática do golpe de estado foi finalmente agraciada com status legal. No parlamentarismo derruba-se governo sem o perigo de se atingir a Constituição. Os sistematizadores da vontade nacional, marcando o lugar dos botões na última prova, acertaram em cheio com o freguês: o novo sistema de governo assentou em Sarney como se fosse sob medida.

Entrou em alta a cotação dos constituintes. Quem olha da direita tem a suspeita de que é consequência do aumento do capital social subscrito na futura Constituição. Engano. Qualquer brasileiro trocaria a sua estabilidade futura pelo mandato de quatro anos para Sarney. E levaria a certeza de que fez um bom negócio. A presidência sempre se sujeitou à instabilidade no Brasil, independente dos seus ocupantes. O último governo presidencialista não poderia ser uma exceção e deixar de contribuir para a mudança do sistema de governo.

Já quem olha da esquerda não consegue perceber claramente o que se passa. Abriu-se um boqueirão pelo centro. Não dá para compreender a pressa que levou Sarney a ser o primeiro a saudar a decisão dos quatro anos, declarando-a irreversível. Em nome de quem? Dele próprio? Não tem voto nem voz na Constituinte. Com o barulho acordou a suspeita que cochilava. Irreversível, por enquanto, só a morte, e desde que se ressalvem os casos de catalepsia. Partindo da vítima, a irreversibilidade parece esconder uma intenção contrária, uma palavra de ordem, uma senha.

Por que se propõe Sarney a colaborar na sua própria sucessão? Mais ajuda quem menos atrapalha. Pelos índices de opinião pública, não é mais um cabo eleitoral abonado pelo cruzado. Não é preciso ser sarneyólogo para entender pelo avesso a boa intenção de Sarney e desconfiar do seu comportamento. O que ele ainda não entendeu foi que a sua posse e os quatro anos foram decisões políticas tomadas em condições diferentes. Só o homem é o mesmo.